

A experiência do movimento operário

Castoriadis, C.

São Paulo, Brasiliense, 1985
Uma reflexão sobre a questão do movimento operário, através do enfoque de Cornélius Castoriadis.

Arilda Inês Miranda Ribeiro*

Introdução

Escrever um trabalho sobre a obra *A experiência do movimento operário*, de Cornélius Castoriadis, é uma aventura desafiadora para qualquer observador iniciante. No entanto, se, por um lado, o fato constitui um desafio, por outro, é também algo que estimula e excita a imaginação.

Ao tomar contato com a obra, é possível perceber, quase de imediato, uma nova dimensão da teoria marxista — teoria composta de riqueza e de complexidade de um pensamento a ser descoberto.

Castoriadis é provocativo. Incita ao debate e promove uma verdadeira turbulência nos conceitos difundidos por teóricos marxistas tidos como os verdadeiros seguidores do pensamento original de Marx, aqueles a quem ele denomina de “guardiões da ortodoxia”.

Em primeiro lugar, é necessário explicitar que o texto representa uma pedra de toque que impulsiona discussões sobre os movimentos sociais no Brasil, principalmente no momento atual, em que é possível vislumbrar manifestações das classes trabalhadoras, sem que tenhamos explicações históricas correspondentes para essas situações.

A questão que o autor discorre no texto refere-se à “história do movimento operário e ao fato de que pouco se fala ou escreve sobre o desenvolvimento das atividades realizadas pela massa. A questão da história do movimento operário jamais foi — até hoje — seriamente colocada. O que geralmente se apresenta como tal não é mais do que uma descri-

ção de seqüência de fatos” (Castoriadis, 1985:16). Refere-se também à questão de que os trabalhadores necessitam superar o caráter “imediatista” das suas reivindicações do dia a dia e se elevar ao nível das preocupações “históricas” da organização, como também aqueles que militam devem saber que as lutas imediatas dos operários podem ser influenciadas pelas idéias e pela organização desses militantes.

Castoriadis critica Rosa de Luxemburgo e os leninistas. Diz que nem mesmo uma pensadora que concede papel tão decisivo às “espontaneidades” das massas consegue desvincular a questão econômica como condição *sine qua non* para o desenvolvimento da revolução. Ou seja, ela não consegue se livrar da necessidade de condicionar a revolução à crise econômica. A redução da prática operária ao economicismo não deixa espaço para a noção fundamental, no entender de Castoriadis, da autonomia operária.

Quanto aos leninistas, eles vêem os operários, ou a grande maioria, realizando apenas atividades sindicais. A ação, ou o fazer do partido como um ato político, pode despertar apenas um número reduzido de trabalhadores e que só uma grande crise no sistema poderia despertar na massa uma vontade coletiva de transformação.

Percebe-se aí que o autor procura evidenciar que mesmo os grandes teóricos marxistas não atribuem ao operariado um papel que lhe é de direito. O papel de seres que têm uma força autônoma, desvinculada do protecionismo de seus supostos protetores. Comenta sobre a descrença desses teóricos sobre os trabalhadores, sendo a imagem que possuem deles a mesma formulada pelos patrões. “Com efeito, é estritamente equivalente dizer que um operário nunca trabalha a não ser sob a coação ou motivado pelo prêmio e que os trabalhadores só farão uma revolução forçados por sua situação econômica” (Castoriadis, 1985:13).

A teoria, nesse sentido, é tida por vezes como conjunto de verdades eternas, sendo que o papel histórico do proletariado já está determinado desde o século XIX com a publicação de *O capital*, de Marx. Ou, de acordo com Castoriadis: *Esse fundamento é o postulado de que a verdade passada, presente e*

*Aluna do doutorado, Depto. Filosofia e História da Educação/UNICAMP sob orientação do Prof. Dr. José Luís Sanfelice.

futura da evolução histórica, já estaria desde agora sob o domínio de uma teoria, essencialmente acabada, a qual, por sua vez, já seria possuída por uma organização política; disso resulta, necessariamente, que o “papel histórico do proletariado” só é tal na medida em que ele faz o que a teoria sabe e prediz que ele deve fazer e fará (Castoriadis, 1985:14).

Mais do que a criação de uma nova visão do marxismo, o autor procura desmistificar os imperativos categóricos fixados por outrem. Recupera Marx nas suas premissas originais quando coloca suas reflexões no tempo e espaço, situando as questões que lhe eram compatíveis. A condição sócio-econômica do período histórico desse judeu alemão permitia elucubrações que respaldavam análises que não podem ser as mesmas da sociedade atual. Eis aí a grande contribuição de Castoriadis, à medida que ele recupera o viés transmutado dos ortodoxos. É preciso acompanhar o processo histórico dentro das questões colocadas no momento em que a obra foi produzida. O proletariado tem a sua autonomia no instante em que objetivamente isso acontece, sem que haja possibilidade da realização de predições futurísticas: *Ouso dizer que falo disso com conhecimento de causa; pois, ao mesmo tempo em que a crítica da burocracia e da degenerescência da revolução russa me levou à idéia da autonomia do proletariado e às suas conseqüências diretas — ou seja, de que não há “consciência” do proletariado fora do próprio proletariado, de que a classe operária não pode exercer seu poder através de uma “delegação”, qualquer que seja sua forma, de que (se ela não pode se dirigir e dirigir a sociedade) ninguém poderá fazê-lo em seu lugar* (Castoriadis, 1985:15).

Nesse sentido, é importante recuperar a história do movimento operário, o que E.P. Thompson, em *The Making of the English Working Class*, realizou admiravelmente, no dizer de Castoriadis. Mas esse autor inglês foi um dos poucos a fazê-lo. A maior parte dos historiadores cita datas de batalhas, nome dos líderes dos militantes heróicos, os dos reis e generais. No Brasil, felizmente começam a surgir na literatura comentada pelo autor, trabalhos que ultrapassam as características acima descritas. Como, por exemplo, podemos citar *1930: O Silêncio dos Vencidos*, de Edgar

De Decca, ou *A Estratégia da Recusa*, de Amnérís Maroni.

A posição do historiador, de acordo com o autor, qualquer que seja o campo considerado, deve ser a de sustentar uma entidade histórica. Seu tema faz parte de um todo, em que ele normalmente se depara com o que lhe interessa; porém, além desse interesse, existem outras coisas envolvidas que escapam do seu controle e sobre elas Castoriadis vai discorrer longamente no texto. Discute-as de maneira filosófica, o que nos deixa confusos diante da complexidade da temática, havendo momentos em que não é possível observar se essa posição do historiador deve se manter numa questão mais geral ou mais específica. Castoriadis cita a “metafísica ingênua” dos panfletários, dos jargões dos militantes e do uso que fazem deles. As idéias desses não passam de repetições das teorias passadas. Teorias que esses militantes não querem saber o que são, nem de onde provêm, nem para onde levam. Simplesmente as repetem sem refletir o que significam. Ainda sobre o fazer histórico dos historiadores, Castoriadis diz que a análise histórica não é livre. As dificuldades encontradas quando se trata de apreender e de descrever as significações passadas e distantes em termos compreensíveis para nós, longe de deixarem “livre” nossa reconstrução, testemunham precisamente sobre o que resiste a elas, independentemente de nossas construções.

De acordo com Castoriadis (1985:23): *“Nenhum artifício filosófico ou epistemológico (...) será capaz de eliminar o ser próprio do objeto social-histórico. (...) Os que não podem ver isso deveriam se abster de falar em sociedade e em história e ocupar-se de matemática, cristalografia ou entomologia (evitando cuidadosamente, inclusive nesses campos, as questões teóricas)”*.

Quanto à questão da organização política, ou o papel do Estado, esses são apenas manifestações da vida histórica. A figura intermediária, que em cada etapa histórica unifica essa manifestação e outras, é o povo. *O ser do social-histórico, portanto, é posto em referência à vida desse sujeito ampliado que é “povo histórico” e, em última instância, em referência ao Absoluto-Sujeito, Razão ou Espírito do Mundo. Suas manifestações são vis-*

tas como as articulações de uma teleologia, como uma hierarquia submetida a uma boa ordem. Essa hierarquia é, e deve ser, pelo menos dúplice: hierarquia dos momentos da vida de um povo (na qual economia, direito, religião, arte têm lugar bem definido) e hierarquia desses mesmos povos, que coloca sobre a história longitudinal de cada atividade humana uma boa ordem (Castoriadis, 1985:30).

O autor também coloca a questão do trabalho para Marx. Como efetivamente o pensava, ou seja, como operação finalizada de um sujeito sobre uma coisa segundo conceitos. “O que desde o início distingue o pior arquiteto da mais engenhosa abelha é que ele construiu a habitação em sua cabeça antes de construí-la na realidade. O resultado a que o trabalho conduz, preexiste idealmente na imaginação do trabalhador” (Castoriadis, 1985:31).

Mas as significações imaginárias do capitalismo não são puras, ou pelo menos não se apresentam como tal em relação ao trabalhador. Dessa forma, podemos exemplificar com a obra de Ciro Marcondes Filho, *Quem manipula quem?*, em que o autor coloca que o capitalismo desenvolveu nos indivíduos uma forma própria de estruturar a realidade e agir sobre ela. Essa forma é às vezes tão sutil e discreta, que consegue invadir territórios mais policiados do controle ideológico. Aí está a sua força. Já não se pode pensar hoje em termos de um demarcamento ideológico como se fazia no passado. O modo de pensar capitalista parece ser uma estrutura inconsciente que se coloca a nós, à nossa vivência de forma imperativa: *o modo de pensar capitalista (...) implica uma relação com o mundo. Essa relação tem como matriz a lógica da mercadoria. Nesse modo de pensar, a estrutura da mercadoria funciona como modelo genérico para todas as relações na sociedade. Ela transcende os limites internos do mercado e invade as demais esferas da vida social, funcionando como estruturadora básica. Assim, as relações pessoais, emocionais, sexuais, relações com a arte, a cultura, a ciência, a educação, o esporte passam a ser organizados segundo essa lógica básica. A lógica da mercadoria implica o dimensionamento do social segundo as relações de troca* (Ciro Marcondes, 1987:11).

Outro ponto polêmico que chama a atenção sobre o texto de Castoriadis diz respeito à história da luta de classes. Conceito distorcido e mal interpretado muitas vezes por uma grande parte dos teóricos que sucederam e transmitiram as idéias marxistas. Classe social é o conceito que se relaciona com a realidade histórico-social em nível abstrato e em nível concreto. Abstratamente compõe, enquanto determinação estrutural, pólo contraditório, de acordo com Ciro Marcondes Filho. São pólos contraditórios para fins de referência na luta política, cujo conflito e suas conseqüências determinam a história. No concreto, as práticas políticas são mais complexas, assim como a própria determinação física das classes: *tal fato ocorre pela existência, no interior das classes, de subgrupos, aqui denominados provisoriamente de “corporações”, que reúnem sujeitos formal e informalmente, segundo critérios subjetivos, pessoais, de afinidade, enfim, a valores imanentes. O conflito entre esses subgrupos e entre estes e outros menores reproduz em escala menor e em caráter molecular a forma do conflito principal de classes da sociedade, embora, no plano concreto, os sujeitos pertençam à mesma classe. Isso conduz à contradição fundamental nas relações entre grupos de, no plano abstrato, integrarem uma mesma classe e uma mesma concepção de mundo e, no plano concreto, relacionarem-se como extremos antagônicos* (Ciro Marcondes, 1987:87).

E o autor pergunta: pode-se trabalhar com algum conceito palpável de classes? A discussão em torno do que é burguesia, proletariado e muito mais, do que são as “classes médias”, não é interminável? Por que exatamente? Porque se trata de pura abstração, uma construção eminentemente teórica que pode mover-se sem problemas de um lado ao outro da argumentação, sem necessidade de comprovação empírica. “E é em torno desse abstrato que se move a discussão entre as esquerdas sobre o papel e a situação política, econômica e ideológica da classe dominante” (Ciro Marcondes, 1987:16).

Aqueles padrões colocados rigidamente entre classe dominante e classe dominada começam a perder força. A impressão de que havia uma delimitação visivelmente acentuada entre as duas classes vai dando terreno à pos-

sibilidade de se pensar em grupos se mesclando, reagindo a esse modelo mecânico e estático de analisar os grupos sociais e seus interesses. Procuram agora o fazer histórico de cada grupo de acordo com o seu modo de existência em sociedade. Como exemplo, Castoriadis (1985:36) cita o fazer da burguesia: *A burguesia se faz como burguesia na medida em que seu fazer transforma a situação social-histórica onde ela se situa no início, está incluída não apenas as relações de produção e as forças produtivas, mas também o modo de temporalidade histórica consubstancial à transformação contínua delas e inclusive a própria definição das mesmas. Esse fazer não pode ser captado em sua unidade a não ser em referência a esse “desígnio”, a essa “idéia”, a essa significação imaginária do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas.*

Não é, portanto, a atividade da burguesia determinada completamente pelo estado das forças produtivas tal como ele é, mas como

incompletamente determinante desse estado tal como será por seu intermédio. Do mesmo modo, o papel histórico ou o desenvolvimento histórico se faz segundo uma ordem cuja significação é possuída por quem fala, que eventos e atividades das camadas sociais têm todos uma função na realização de um resultado ou de um fim que se ultrapassa, mas que, de direito, estão dados de uma vez para sempre. Assim, a classe é definida por referência às relações de produção que são, em última instância, relações entre pessoas mediatizadas por coisas.

Na verdade, só podemos captar o ser da burguesia por referência ao seu *fazer*, à sua atividade social-histórica.

E é exatamente essa a questão que o autor coloca como contribuição ao avanço do movimento operário. Castoriadis descreve o fazer como o que caracteriza a autonomia do operariado, a atividade que ele realiza ao longo de sua existência.

O movimento operário

Todas as considerações anteriores utilizadas por Castoriadis tiveram como objetivo elucidar melhor o que é a classe operária dentro dos matizes filosóficos e de seu *ethos*. A maior riqueza de seus escritos nesse texto, porém, está reservada nas páginas que se seguem, em que ele trata com muita propriedade da questão.

Em primeiro lugar, o autor afirma que a questão da classe operária e do movimento operário coincide amplamente com a questão da crise da sociedade em que vivemos e da luta que nela se trava, com a questão de sua transformação: em suma, com a questão política contemporânea (Castoriadis, 1985:47). Não é possível desvincular o que é “proletariado” da questão “o que é política hoje”. Nesse sentido, as questões filosóficas debatidas no capítulo anterior não são suficientes para dar conta do objeto histórico referido.

Outra afirmação importante de Castoriadis (1985:48) diz respeito ao marxismo. Impossível falar de movimento operário sem fa-

lar do marxismo: *...a política (revolucionária) hoje é o que expressa e serve os interesses, imediatos e históricos, do proletariado. Ora, o próprio marxismo exerceu uma considerável influência no movimento operário e, em ação de retorno, sofreu dele uma influência não menos considerável; os dois quase coincidiram em determinados países e durante períodos não negligenciáveis, sem que por isso se possa por um só instante identificá-los. Impossível falar deles como se se tratasse de uma só e mesma coisa; impossível falar também de um sem falar do outro, ignorar a concepção marxista sobre o proletariado, aceitar sua pretensão de ser a concepção do proletariado e mesmo rejeitá-la inteiramente, já que, num certo sentido e em parte, ela o foi efetivamente em certos momentos.*

No entanto, muitos marxistas não acreditam no proletariado como classe revolucionária. É o caso de Kautsky e Lênin. Afirmam que o proletariado é apenas uma classe reformista. Sua consciência é introduzida “de fo-

ra” pelos ideólogos procedentes da burguesia. Para eles, sem teoria revolucionária não há política revolucionária e essa teoria não é engendrada pelo proletariado enquanto tal.

Em oposição a essa corrente marxista, Trótski escrevia, num dos seus últimos textos, que o socialismo científico é a expressão consciente da tendência elementar e instintiva do proletariado no sentido de reconstruir a sociedade em bases comunistas. Para Castoriadis (1985:52), esse cientificismo se mantém no mesmo terreno inconsistente da concepção leninista e manifesta a mesma antinomia. Cita novamente Rosa de Luxemburgo e a critica: *Se existe um socialismo científico, como Rosa acreditou, não há estatuto para os “erros” das massas (salvo precisamente o erro); não pode haver mais do que tolerância pedagógica, a criança aprenderá melhor se encontrar a solução sozinha, errando algumas vezes de caminho; mas o caminho e a solução é conhecida.*

O que Castoriadis quer dizer é que os grandes teóricos não compreendem o proletariado como realizadores de sua própria história. “...enquanto não considerarmos, em primeiro lugar, as significações novas que emergem na e através da atividade dessa categoria social, em vez de fazê-la entrar à força em escaninhos conceituais vindos de fora e previamente dados” (Castoriadis, 1985:54), a história do movimento operário vai continuar obscura. Isso não significa que o fazer do proletariado esteja creditado à “espontaneidade” ou ao seu oposto, à “passividade” das massas, mesmo porque as massas reagem, resistem de alguma forma. É preciso saber localizar os movimentos de resistência que muitas vezes “estão embutidos” no grande movimento histórico. É essa a tarefa do novo historiador marxista. É preciso retirar a venda dos olhos e enxergar melhor a história: *pois nada veremos da história moderna se não virmos que, no e através do fazer do proletariado, criaram-se ao mesmo tempo instituições (organizações: sindicatos, partidos) originais (que, de resto, serão imitadas por outras camadas, inclusive pela própria burguesia) e uma relação original de uma categoria social com “suas” organizações — do mesmo modo que, no e através do fazer do proletariado, foi criada uma relação, sem precedentes na história, entre*

uma categoria social e as “relações de produção” em que ela está envolvida (Castoriadis, 1985:55).

Como então reconhecer o fazer do proletariado? Quais os métodos a serem seguidos? O que retirar das teorias anteriores e como retirá-las, já que as possuímos desde a nossa formação acadêmica? São perguntas que o próprio Castoriadis elabora nas entrelinhas do texto. Não há fórmula pronta e é exatamente contra essa atitude mecanicista dos “escaninhos conceituais” que o autor procura combater com as suas idéias. O terreno a ser percorrido é o de um caminho complexo, mas que possui um forte elemento a seu favor: a atribuição ao proletariado seu real valor, a necessidade de evidenciar que ele tem uma força própria em sua atividade.

Castoriadis procura evidenciar algumas pistas no sentido de explicitar que as idéias, burguesas ou proletárias, são mutáveis e a gênese dessas idéias muito pouco esclarece ou contribui para o fazer histórico-social. Assim, é preciso não dar tanta importância à origem proletária ou burguesa das idéias, mesmo porque tanto elas como o fazer do proletariado estão ligados diretamente e até antecedem às “idéias burguesas”. *O fazer do proletariado nasce e se desenvolve nesse terreno, para recomeçar, retoma necessariamente idéias “burguesas”, muito tempo antes de estarem em questão o idealismo alemão ou a economia política inglesa — e isso porque ela deve necessariamente retomar a definição instituída da realidade* (Castoriadis, 1985:56).

O historiador que procurar trilhar os passos da história do movimento operário descobrirá o que é de domínio “burguês” e o que é proletário e é só no fazer do proletariado que ele poderá detectar o que pertence a um ou a outro. Para o autor, a “revolução” implicará a participação direta e política desse intelectual, sem que o mesmo crie uma interpretação revolucionária da história do movimento operário “forçada”. ... *temos de extrair, por nossa própria conta e risco, as significações de uma revolução radical a partir da atividade efetiva do proletariado; e isso já não é mais ato teórico, mas um ato político, que implica não somente nosso pensamento, mas nosso próprio fazer; e temos de reconhecer a “circularidade” da situação em que es-*

tamos envolvidos (Castoriadis, 1985:56).

Nas páginas que se seguem ao texto, Castoriadis revela as diversas atitudes do fazer do proletariado ao longo da história. Cita exemplos, como a alfabetização do proletariado inglês de 1800 a 1840. O proletariado “se alfabetiza praticamente a si mesmo, diminui suas noites já breves e seus domingos para aprender a ler e a escrever e usa seus miseráveis salários para comprar livros, jornais e velas” (Castoriadis, 1985:60). Resgata também a luta “implícita” e “informal” dos operários, no que se refere à organização capitalista da produção, luta tão semelhante à das mulheres, dos negros, homossexuais, das crianças, enfim de tantos grupos que “conseguiram modificar substancialmente sua situação efetiva na família, na sociedade e em relação à qual organizações e manifestações explícitas representam apenas a pequena parte descoberta de um *iceberg*” (Castoriadis, 1985:64).

Dessa forma, a revolução que alguns teóricos predestinam ao proletariado ou a “reforma” que estão fadados a cumprir não é uma luta só deles. Eles fazem parte de um conjunto de segmentos de uma sociedade capitalista e como tal têm seu grau de participação: *portanto, não podemos reduzir o fazer social histórico do proletariado aos conceitos abstratos de “reforma” e de “revolução” que lhe são impostos de modo forçado por um pensamento estratégico (e, por conseguinte, burocrático), que — em vez de se deixar educar por esse fazer — quer a todo custo mensurá-lo à luz de seus próprios esquemas pseudoteóricos e só pode ver nele o que corresponde à sua obsessão de poder* (Castoriadis, 1985:66).

O proletariado determina-se pelo seu fazer, pela sua atividade, “conteúdo concreto das relações em que está envolvido, tanto mais que é determinado por ela” (Castoriadis, 1985:67). E é através dessa atividade que ele, através da classe operária, cria um projeto social-histórico-revolucionário. *Desde então e durante muito tempo, esses diferentes aspectos — luta cotidiana, implícita na produção, lutas econômicas ou políticas explícitas, projeto revolucionário — não podem mais ser separados, nem “objetiva” nem subjetivamente, a não ser num sentido derivado e secundário; o que impede também de traçar*

uma linha de demarcação absoluta entre o “imeditato” e o “histórico” (Castoriadis, 1985:69).

Finalmente, o que o autor lança como resposta a esse fazer do proletariado na história é uma nova ligação de uma camada explorada com as relações de produção, com o sistema social instituído. Afinal, essa camada é participante na evolução desse sistema, “é finalmente e sobretudo uma nova ligação de uma camada social com a sociedade e a história enquanto tais, na medida em que a atividade dessa camada faz surgir a perspectiva explícita de uma transformação radical da instituição da sociedade e do curso da história” (Castoriadis, 1985:70).

Castoriadis acredita que não pode haver política que se pretenda revolucionária sem tentar explicitar e elucidar sua relação com sua origem e sua raiz histórica, qual seja o movimento operário. *A história do movimento operário é a história da atividade de homens que pertencem a uma categoria sócio-econômica criada pelo capitalismo (...) através da qual essa categoria se transforma: se faz (e se diz e se pensa como) “classe”, num sentido novo dessa palavra — constitui-se efetivamente numa “classe” cuja história não oferece nenhuma analogia próxima ou distante. Transforma-se transformando a passividade, a fragmentação, a concorrência (que o capitalismo visa e tende a lhe impor), em atividade, solidariedade, coletivização capitalista do trabalho. Ela inventa em sua vida cotidiana, nas fábricas e fora delas, defesas sempre renovadas contra a exploração; engendra princípios estranhos e hostis ao capitalismo; cria formas de organização e de lutas originais* (Castoriadis, 1985:72).

Porém a palavra *classe*, de acordo com o autor, tende a desaparecer, já que quase toda a população tenderá ao assalariamento. O que é decisivo sob o aspecto da predestinação revolucionária é que a atividade dos homens, “nos lugares sociais onde estão situados — vivem e agem o conflito social e, mais exatamente, constituem-no como conflito social” (Castoriadis, 1985:73).

Quanto ao marxismo, para Castoriadis (1985:77), não é hoje a expressão consciente, nem a expressão em qualquer sentido do que essas — “do proletariado ou de outras cama-

das — podem conter de revolucionário; quando muito, é indiferente a elas, na maioria dos casos, é-lhes potencial ou abertamente hostil”.

O autor encerra o texto acreditando que o projeto revolucionário é de tamanha magnitude, que não pode ser realizado por pequenos grupos, mas pela coletividade formada por homens e mulheres e principalmente por seus desejos “e por suas necessidades”. Caso contrário, o projeto revolucionário está fadado a ficar restrito a livros e discursos teóricos, como vem acontecendo ao longo da história.

Considerações finais

Muito se tem a dizer sobre a obra de Castoriadis, mas fica extremamente difícil fazê-lo levando em consideração a responsabilidade implícita em tal ato. O melhor a fazer é trazê-lo no original. Nesse sentido, procurei reproduzir fielmente as citações do autor quando percebia que não havia condições de retratar passagens com a mesma riqueza que Castoriadis.

Devo confessar que as colocações são novas para mim. E me senti diversas vezes provocada e confusa pelo autor. Não porque sou defensora perpétua dos marxistas ortodoxos, mas porque trago em minha bagagem acadêmica parte do que ele critica com muita propriedade.

Resolvi elaborar um ensaio leve, exatamente para poder digerir com mais tranquilidade os conceitos que o autor vai auferindo ao longo do texto.

As questões sobre a história do movimento operário foram importantes para entendê-la como algo que tem um movimento coletivo. História que se faz pelos processos nos quais os homens, em todas as épocas, engajam os seus destinos através de decisões que dizem respeito às coletividades em que vivem.

Essas reflexões colocadas nas páginas anteriores estão, para mim, no período de gestação. É preciso um contato maior com as idéias de Castoriadis. Ato que espero realizar em breve e assim ter a possibilidade de entender melhor seu pensamento.

Esse trabalho é o resultado do que me foi possível realizar, nas circunstâncias apresentadas e, portanto, contendo as falhas e dificuldades que dele decorrem.

Referências bibliográficas

- CASTORIADIS, C. *A experiência do movimento operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
LOWY, M. *Método dialético e teoria política*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
RUDÉ, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
THOMPSON, C.P. *Tradición, revuelta y conciencia de clase; estudios sobre la crisis de la sociedad pré-industrial*. Barcelona, Editorial Crítica/Grijalbo, 1979.
DE DECCA, E. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
MARONI, Amnérís. *A estratégia da recusa*. São Paulo, Brasiliense, s.d.
MARCONDES FILHO, Ciro. *Quem manipula quem?* Petrópolis, Vozes, 1987.